

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DE docentes E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -
FAPESP

*Ana Luiza Magalhães Bastos
Andrea Perosa Saigh Jurdi
Adriana Martins de Oliveira
Maria da Conceição dos Santos*

RESUMO:

Gerar produção do conhecimento científico qualificado é indispensável à redução da exclusão, da pobreza e da desigualdade social refletida por dificuldades de acesso e permanência com êxito na Educação Superior, na atualidade. A partir disso, essa pesquisa tem por finalidade investigar as condições de acessibilidade identificadas por servidores técnicos administrativos e docentes do *campus* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Como instrumento de pesquisa foi utilizado o questionário Índice de Inclusão para o Ensino Superior – INES, disponibilizado aos participantes do estudo por meio de formulário *google*. O período de coleta de dados aconteceu entre março e abril de 2024. Responderam ao questionário 39 docentes e 22 técnicos administrativos. A análise dos resultados foi realizada em etapa posterior e destacou a divergência nas percepções entre docentes e técnicos administrativos, indicando falhas na comunicação e, conseqüentemente, na compreensão e aplicação das políticas institucionais ofertadas pela UNIFESP.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Inclusão, Educação Superior, Acessibilidade.

INTRODUÇÃO:

No contexto do ensino superior brasileiro, especialmente nas universidades públicas, a educação inclusiva é um princípio legal e fundamental. As instituições devem garantir acessibilidade nos processos seletivos e condições de permanência para estudantes com deficiência, assegurando seu pleno desenvolvimento acadêmico e profissional. Embora haja avanços importantes, Martins, Ciantelli e Louzada (2023) destacam que a presença de pessoas com deficiência nas universidades é recente, normatizada apenas em 2015 pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Dados do INEP (2020) revelam que apenas 0,7% das matrículas em 2019 correspondiam a esse grupo, indicando obstáculos significativos à permanência.

Em relação às barreiras encontradas pelos estudantes com deficiência no ensino superior, estudos recentes (Lorandi; Gesser; 2023; Gesser; Block; Mello, 2020) apontam ausência da disciplina de Libras, práticas pedagógicas excludentes, capacitismo e invisibilidade da deficiência.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) delineou ações para um desenvolvimento sustentável e democrático com a criação da Política de Acessibilidade e Inclusão (Resolução de 2018; atualizada em 2023) e o estabelecimento da Câmara Técnica e dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), formando uma rede institucional de apoio. Essas ações estão organizadas em cinco eixos: acesso e permanência; tecnologia assistiva; formação e acessibilidade pedagógica; comunicação; e infraestrutura. Anteriormente, a universidade já havia realizado diagnósticos e seminários sobre acessibilidade, além de promovido reformas para adequar os espaços físicos (UNIFESP, 2025).

A literatura sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior tem se concentrado majoritariamente na atuação dos docentes, no entanto, Tessarini Junior e Saltorato (2021) ressaltam que o papel dos técnicos-administrativos (TAEs) também é essencial, já que suas funções estruturam o funcionamento institucional. Neste contexto, torna-se fundamental reconhecer que docentes e TAEs são agentes essenciais para a efetivação da política de inclusão no ensino superior.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar as avaliações de docentes e TAEs sobre as barreiras de acesso, permanência e participação dos estudantes com deficiência é essencial para compreender como a política de inclusão se concretiza no cotidiano das universidades, em relação à missão e projeto institucional da universidade, assim como, ingresso e permanência dos estudantes com deficiência no *campus* Baixada Santista.

METODOLOGIA:

A pesquisa teve caráter exploratório e cunho quantitativo. Como instrumento de pesquisa foi utilizado o questionário Índice de Inclusão para o Ensino Superior – INES- Brasil, disponibilizado aos participantes do estudo por meio de formulário *google forms*®, no período de março a abril de 2024. O instrumento foi elaborado para avaliar os níveis de políticas, culturas e práticas inclusivas no contexto universitário (Colômbia, 2017).

Após o procedimento de coleta, os dados coletados pelo instrumento se efetivaram pelo uso da técnica de distribuição dos valores atribuídos para mensuração na escala tipo Likert, sendo submetida a tratamento descritivo, onde calculou-se a média das pontuações dos estudantes e construiu-se a matriz de semaforização (Goyeneche; Ruiz, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram da pesquisa 39 docentes, dois destes docentes indicaram possuir necessidades específicas, sendo uma delas a permissão para utilizar o computador e outra o uso de microfone para amplificação de voz. Em relação aos

TAEs, a pesquisa contou com 22 respondentes, nenhum desses indicou possuir alguma necessidade especial.

Para tratar dos dados da aplicação do questionário, avaliamos os 12 fatores do INES, dentre os quais, apresentaremos e discutiremos os resultados do fator 1 (missão e projeto institucional) e 2 (estudantes), que apresentaram diferenças de concepção entre docentes e TAEs.

Tabela 1. Resultados Fator 1- Missão e Projeto Institucional

INDICADOR	docentes	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	74,40%	52,40%
1.2 Identificação e caracterização dos estudantes da educação inclusiva	71,80%	52,40%

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores do fator 1 evidenciam divergências entre docentes e técnicos. No item 1.1 – Barreiras para aprendizagem e participação, os docentes atribuíram 74,40% (nível amarelo), enquanto os TAEs apontaram 52,40% (nível vermelho). Resultado semelhante foi encontrado no item 1.2 – Identificação e caracterização dos estudantes da educação inclusiva, com 71,80% entre docentes (amarelo) e 52,40% entre técnicos (vermelho).

Tabela 2. Resultados Fator 2 - Estudantes

Fator	docentes	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
2.1 Participação de estudantes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos	84,60%	57,10%
2.2 Ingresso, permanência, estímulo estudantil e créditos para estudantes	46,20%	28,00%

Fonte: Elaboração própria.

No fator 2, os resultados também evidenciaram disparidades. O indicador 2.1 – Participação de estudantes foi avaliado positivamente pelos docentes (84,60% – verde), mas de forma negativa pelos TAEs (57,10% – vermelho). Já no indicador 2.2 – Ingresso, permanência e estímulo estudantil, tanto docentes (46,20%) quanto técnicos (28,00%) apresentaram avaliações em vermelho.

Os dados mostrados na tabela 1 indicam que, para os docentes, a universidade possui mecanismos parciais para reconhecimento da diversidade e das barreiras que afetam a aprendizagem. Já os TAEs revelam descrença quanto à efetividade dessas políticas, sinalizando uma percepção mais crítica. Essa discrepância

sugere falhas na disseminação das informações institucionais, o que contribui para a baixa apropriação coletiva das políticas inclusivas.

Embora a UNIFESP tenha implementado a Política de Acessibilidade e Inclusão (2018, atualizada em 2023) e outras ações afirmativas, a percepção institucionalizada dessas medidas ainda não se reflete de forma homogênea. Como argumentam Alves e Carvalho (2021), os TAEs possuem potencial para atuar como multiplicadores de práticas inclusivas, mas isso exige maior engajamento, valorização e participação ativa. Os resultados reforçam a necessidade de aproximar políticas institucionais de sua efetividade prática, de modo que a inclusão não seja apenas uma diretriz formal, mas uma realidade consolidada.

Esses resultados apresentados na tabela 2 sugerem que os docentes reconhecem as ações institucionais para promover a participação estudantil, enquanto os TAEs as percebem como insuficientes. Mais preocupante, contudo, é a avaliação negativa conjunta quanto às condições de ingresso e permanência, indicando que, para ambos os grupos, as estratégias existentes não têm garantido efetivamente equidade no acesso e sucesso acadêmico.

A UNIFESP dispõe de políticas afirmativas, como reserva de vagas (Lei n.º 12.711/2012), Rede de Acessibilidade e Inclusão, cursinhos populares, cursos de línguas e ações voltadas a pessoas trans, mulheres negras e povos indígenas, conforme documentos disponíveis no *Portal de Acessibilidade* (UNIFESP, 2025) e na *Diretoria de Políticas Afirmativas* (UNIFESP, 2025). Apesar disso, a semaforização em vermelho demonstra que tais iniciativas não são amplamente conhecidas ou percebidas como suficientes para atender às necessidades estudantis. Esse cenário dialoga com o estudo de Poker, Valentin e Garla (2018), que evidenciou que apoios financeiros isolados, como bolsas permanência, não garantem condições adequadas de ensino e aprendizagem, sendo necessárias medidas pedagógicas, estruturais e atitudinais.

A análise dos fatores 1 e 2 evidencia uma assimetria significativa entre docentes e TAEs. Os docentes tendem a avaliar mais positivamente as políticas, ainda que de forma crítica, enquanto os técnicos manifestam percepções mais negativas e descrença em relação à efetividade institucional. Esse descompasso aponta não apenas para lacunas na divulgação e comunicação, mas também para uma fragmentação na compreensão da inclusão, frequentemente percebida como responsabilidade setorial e não como compromisso coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as percepções de docentes e TAEs sobre as barreiras de acesso, permanência e participação dos estudantes com deficiência. Sendo essencial para compreender como a política de inclusão se concretiza no cotidiano das universidades.

Por fim, destaca-se que a permanência de estudantes com deficiência requer políticas integradas que articulem ações pedagógicas, apoio psicossocial, estratégias de enfrentamento à evasão e valorização da diversidade. A universidade, como espaço formativo e socialmente referenciado, deve ir além do cumprimento normativo e investir na construção de uma cultura institucional de respeito, acolhimento e equidade.

REFERÊNCIAS:

ALVES, H. M.M.; CARVALHO, G. C. Concepções e percepções dos técnicos administrativos em educação acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas na educação profissional e tecnológica. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 2, 2021.

BRASIL. **Documento orientador: Programa incluir - Acessibilidade na educação superior**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). SECADI/SESu-2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Censo da educação superior – **Sinopse Estatística da Educação Superior. Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2019.

COLÔMBIA. **Índice de inclusión para educación superior (INES)**. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2017.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. de. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER,

Marivete; BÖCK, Geisa; KEMPFER, Letícia; LOPES, Paula Helena. (Org.). **Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV., 2020, p. 17-35.

GOYENECHE, D. C. R.; RUIZ, L. K. El concepto de inclusión em la educación superior: implementación de la iniciativa INES en las universidades colombianas. Voces y Silencios. **Revista Latinoamericana de Educación**, v. 12, n. 1, p. 130-163, p. 2021.

LORANDI, J. M.; GESSER, M. A produção científica sobre o capacitismo no ensino superior: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Educação Especial Santa Maria**, v. 36, 2023.

LOUZADA, J. C. A.; MARTINS, S. E. S. O. Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários. **Revista Iberoamericana de Estudos em Educação**, n. 17, p. 229-245, 2022.

MARTINS, S. E. S. de O.; CIANTELLI, A. P. C.; LOUZADA, J. C. de A. O INES-BRASIL como facilitador da identificação de barreiras de acessibilidade em uma universidade pública brasileira. In: MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (org.). **Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 291-334.

MATTOS, C. A.C. de; VIDAL, J. P.; ENDRINGER, D. de O.; COSTA, N. L.; CORRADI, A. Contexto de trabalho: uma investigação entre docentes e técnicos administrativos de uma instituição federal de ensino superior. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, p. 72, 2015.

OLIVEIRA, A. M. de; JURDI, A. P. S.; SANTOS, M.da C. dos. Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência na avaliação institucional do Ensino Superior: pesquisa documental. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. e16830, 2024.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 127–134, 2018.

SANTOS, M. da C.; JURDI, A.P.S.; MORETTI, M.F.B. Núcleo de Acessibilidade: algumas reflexões sobre os avanços e desafios da inclusão no ensino superior. IN: REPARAZ, A. et al (orgs). **Políticas Inclusivas de Educación. Comité Académico de Accesibilidad y Inclusión**, AUGM, 2022.

TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cadernos EBAPE BR**, v. 19, n. spe, p. 811–823, 2021.

TEZANI, Thais Cristina Rodrigues. Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 35, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 287-301.

UNIFESP, **Diretoria de Políticas Afirmativas – PRAEPA**. São Paulo: UNIFESP, 2025. Disponível em: <https://proreitoria.unifesp.br/praepa/estrutura/diretoria-de-politicas-afirmativas>. Acesso em: 29 ago. 2025.

UNIFESP, **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016 - 2020)**. São Paulo-SP. UNIFESP, 2016.

UNIFESP, **Política de Acessibilidade e Inclusão. Resolução nº 247/2023**. São Paulo: UNIFESP, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://proreitoria.unifesp.br/praepa/documentos-essenciais/politicas-codigos/politica-de-acessibilidade-e-inclusao>. Acesso em: 7 set. 2025. Proreitoria UNIFESP.

UNIFESP, **Portal de Acessibilidade**. São Paulo: UNIFESP, 2025. Disponível em: <https://caec.iss.unifesp.br/sobre-acessibilidade/documentos>. Acesso em: 29 ago. 2025.